
Entre secas e ciclones: a força invisível das mulheres de Inhambane, Moçambique**Between droughts and cyclones: the invisible strength of women in Inhambane, Mozambique****Entre sequías y ciclones: la fuerza invisible de las mujeres en Inhambane, Mozambique**Anastância Armando Mucuho¹ <https://orcid.org/0009-0006-6216-1151>

¹ Universidade Save (UniSave), MZ/Universidade Federal Rural do rio de Janeiro, Brasil, anastanciamucuho@ufrj.br

Recebido em: 28/08/2025

Aceito para publicação em:28/09/2025

Resumo

Este artigo analisa a resiliência das mulheres chefes de família nas zonas semiáridas Unrogas de Inhambane, Moçambique, face às emergências climáticas recorrentes, como secas prolongadas e ciclones violentos que comprometem a sobrevivência. Por meio de uma abordagem qualitativa, baseada em pesquisa documental, experiências e vivências locais, identificam-se estratégias de sobrevivência adotadas por mulheres, incluindo práticas agrícolas adaptativas, redes de solidariedade e inovação comunitária em gestão de recursos hídricos. O estudo destaca a exclusão sistêmica que limita o acesso feminino a recursos produtivos, crédito e participação política, agravando a sua vulnerabilidade social e econômica. A pesquisa evidencia que as mulheres rurais, embora (in)visibilizadas, são protagonistas centrais na (re)construção dos territórios, bem como na resiliência e convivência com os impactos das alterações climáticas. Por fim, são apresentadas recomendações para o fortalecimento e empoderamento das mulheres.

Palavras-chave: resiliência feminina; alterações climáticas; semiárido; exclusão sistêmica; estratégias de sobrevivência.

Abstract

This article analyzes the resilience of female heads of households in the semiarid Unrogas zones of Inhambane, Mozambique, in the face of recurring climate emergencies, such as prolonged droughts and violent cyclones that threaten their survival. Through a qualitative approach, based on documentary research and local experiences, we identify survival strategies adopted by women, including adaptive agricultural practices, solidarity networks, and community innovation in water resource management. The study highlights the systemic exclusion that limits women's

[Geopauta](#), Vitória da Conquista, V. 9, 2025, e18093



Este é um artigo de acesso aberto sob a licença Creative Commons da [CC BY](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

access to productive resources, credit, and political participation, exacerbating their social and economic vulnerability. The research shows that rural women, although (in)visible, are central protagonists in the (re)construction of territories, as well as in resilience and coexistence with the impacts of climate change. Finally, recommendations for strengthening and empowering women are presented.

Keywords: female resilience; climate change; semiarid region; systemic exclusion; survival strategies.

Resumen

Este artículo analiza la resiliencia de las mujeres cabeza de familia en las zonas semiáridas de Unrogas en Inhambane, Mozambique, ante emergencias climáticas recurrentes, como sequías prolongadas y ciclones violentos que amenazan su supervivencia. Mediante un enfoque cualitativo, basado en investigación documental y experiencias locales, identificamos estrategias de supervivencia adoptadas por las mujeres, incluyendo prácticas agrícolas adaptativas, redes de solidaridad e innovación comunitaria en la gestión de los recursos hídricos. El estudio destaca la exclusión sistémica que limita el acceso de las mujeres a los recursos productivos, el crédito y la participación política, lo que exacerba su vulnerabilidad social y económica. La investigación muestra que las mujeres rurales, aunque (in)visibles, son protagonistas centrales en la (re)construcción de territorios, así como en la resiliencia y la convivencia con los impactos del cambio climático. Finalmente, se presentan recomendaciones para el fortalecimiento y empoderamiento de las mujeres.

Palabras clave: resiliencia femenina; cambio climático; región semiárida; exclusión sistémica; estrategias de supervivencia.

Introdução

As alterações climáticas têm provocado impactos devastadores nas comunidades rurais em diferentes regiões do mundo, mas em poucos lugares esses efeitos são tão intensos e duradouros quanto na província de Inhambane, em Moçambique. Nas zonas semiáridas de *Uronga*, a escassez de água eminente, compromete a agricultura de sequeiro e os eventos extremos, como secas prolongadas e ciclones violentos, tornaram-se cada vez mais frequentes e destrutivos (INGD, 2022; IPCC, 2022).

Nessas circunstâncias, “as mulheres”, muitas vezes tornadas chefes de família por viuvez, abandono ou idade avançada (idosas), assumem papel central na luta pela sobrevivência. Enfrentam não apenas a fúria da natureza, mas também

um sistema social (exclusão sistêmica) e político que as marginaliza, limitando seu acesso a recursos produtivos, tecnologias, crédito e apoio institucional. Como destaca a UN Women (2020), “a pobreza, a desigualdade de gênero e a marginalização socioeconômica intensificam a vulnerabilidade das mulheres aos desastres naturais”, revelando que os impactos da crise climática transcendem o meio ambiente e atingem profundamente as dinâmicas sociais.

Contudo, em meio ao caos e às adversidades, emergem histórias de resistência criatividade e reconstrução dos territórios. Conforme a FAO (2019), embora desproporcionalmente afetadas pelas mudanças climáticas, “as mulheres rurais também são agentes cruciais de adaptação e mitigação e convivência”, desempenhando um papel vital, ainda que invisível, na sustentabilidade comunitária. A Oxfam (2017) reforça que “a resiliência das comunidades depende em grande parte da capacidade das mulheres de liderar processos de (re)construção social e econômica após eventos extremos”.

Nesse sentido, este artigo analisa as experiências de resiliência das mulheres chefes de família em Inhambane, destacando tanto suas estratégias de sobrevivência frente às emergências climáticas quanto as limitações estruturais impostas pela exclusão sistêmica. Ao retratar histórias reais, busca-se refletir sobre os desafios e possibilidades para o fortalecimento da resiliência comunitária, evidenciando como, apesar das desigualdades de gênero e da ausência de políticas eficazes, essas mulheres transformam práticas cotidianas em alternativas sustentáveis de convivência com secas e ciclones.

Como enfatiza a Oxfam (2017), “a resiliência das comunidades depende em grande parte da capacidade das mulheres de liderar processos de (re)construção social e econômica após eventos extremos”. De igual modo, o INGD (2022) e Costa (2025) reforçam que a adoção de medidas de redução de risco de desastres em Moçambique é contextual e de caráter socioeconômico imperativo, dado os múltiplos e recorrentes choques que afetam anualmente o país.

Portanto, em um cenário em que o futuro parece cada vez mais incerto, a força das mulheres de Inhambane revela caminhos possíveis de adaptação e esperança, apontando para a urgência de políticas inclusivas que reconheçam seu protagonismo.

Metodologia da pesquisa

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, adequada para compreender os significados atribuídos pelas mulheres às suas estratégias de sobrevivência em contextos de emergência climática. Segundo Godoy (1995), esse tipo de abordagem permite captar a complexidade das práticas sociais, enquanto Gil (1987) aponta sua relevância em estudos exploratórios que buscam ampliar o entendimento de fenômenos pouco investigados.

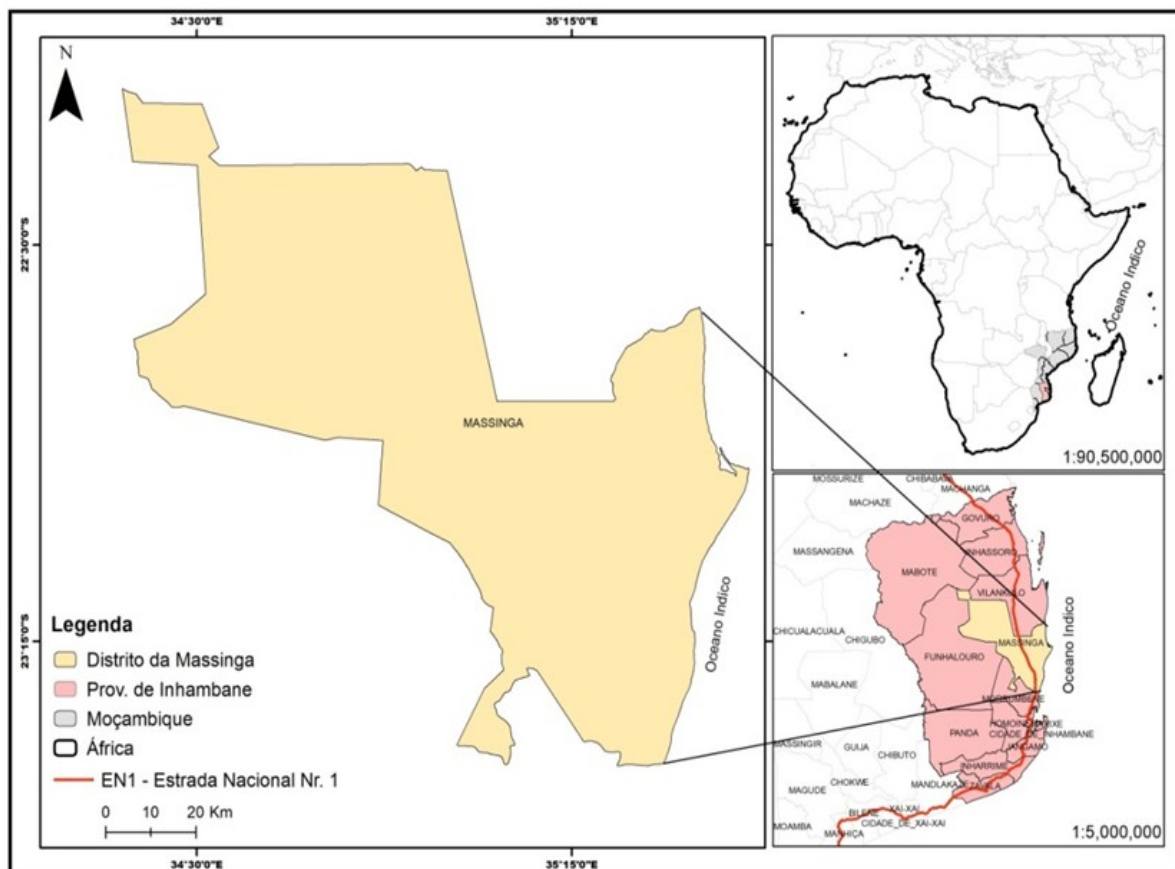
O delineamento metodológico seguiu três eixos principais: a) Pesquisa documental – consulta a relatórios de organismos nacionais e internacionais (INGD, 2022; INM, 2023; IPCC, 2022; FAO, 2019), legislações nacionais (Lei de Terras nº 19/97) e planos de adaptação climática (MICOA, 2013); b) Experiências e vivências locais – análise de relatos, histórias de vida e práticas comunitárias desenvolvidas em zonas rurais semiáridas de *Uronga*, em Inhambane, com foco nas mulheres chefes de família, e; c) Estudo de caso múltiplo – conforme André (2005), foram observadas diferentes comunidades, identificando padrões de resiliência, como redes de solidariedade feminina, práticas agrícolas adaptativas e estratégias de gestão de recursos hídricos.

As técnicas de análise incluíram a análise temática e de conteúdo, visando identificar as dimensões sociais, econômicas e políticas que moldam a resiliência comunitária. Essa triangulação metodológica permitiu construir uma visão integrada sobre as formas de resistência feminina em Inhambane.

Descrição da área de estudo

O distrito de Massinga localiza-se na zona central da província de Inhambane, em Moçambique, o mais populoso com 189 mil habitantes, com área de aproximadamente 7.458 km² de extensão (mapa 1). Sua faixa costeira estende-se por cerca de 83 km ao longo do Oceano Índico, o que confere influência direta do clima das monções e agrava os ciclos de estiagem e seca característicos da região (MICOA, 2013).

Mapa 1- Localização geográfica do distrito de Massinga



Fonte: Mucuho (2024)

O clima é tropical com temperaturas variam entre 19 °C e 36 °C, marcado por longos períodos de estiagem e duas estações bem definidas: chuvosa (outubro a março) e seca (abril a setembro). A precipitação média anual atinge até 1.200 mm na costa e apenas 650 a 750 mm no interior, intensificando a vulnerabilidade hídrica (INM, 2023). Os solos franco-arenosos e argilosos, com baixa fertilidade susceptíveis à erosão e degradação. A combinação de irregularidade pluviométrica, altas

temperaturas e deficiências de retenção hídrica resultam em sérios riscos para a agricultura de sequeiro.

Alterações Climáticas E Seus Impactos Em Inhambane

A província de Inhambane, caracterizada por ecossistemas frágeis e extensas áreas semiáridas, tem experimentado de forma crescente os efeitos significativo das alterações climáticas. As manifestações mais recorrentes incluem ciclos prolongados de seca intercalados por ciclones de elevada intensidade, eventos que se tornaram mais frequentes e imprevisíveis nas últimas décadas (INGD, 2022; IPCC, 2022). Associa – se a ausência de cursos de água permanentes (rios) no interior do distrito agrava a crise, deixando comunidades dependentes de soluções precárias, como poços artesanais, cisternas ao ar livre abastecidas de águas pluviais e bombas manuais. Em muitos pontos, a água disponível é salobra, insuficiente para garantir consumo humano e produção agrícola adequada (INM, 2023).

Além dos impactos ecológicos, essa realidade compromete diretamente a segurança alimentar, a saúde e a qualidade de vida da população rural, em especial das mulheres chefes de família, responsáveis pelo abastecimento de água e subsistência agrícola. Muitos povoados dependem de poços artesanais, cisternas a céu aberto e bombas manuais, cujo fornecimento é limitado e, por vezes, salobro. Em alguns casos, as mulheres (às vezes com bebê no colo), percorrem até 21 km a pé para buscar água em fontes distantes, carregando entre 20 e 25 litros na cabeça ou utilizando bicicletas e tração animal(bovino ou equino) para transportar até 40 a 70 litros (De Almeida, 1959), como ilustram as imagens A e B, painel 1.

Painel 1- Tipos de atividades desenvolvidas por mulheres de Inhambane distrito de Massinga, Moçambique



Foto: Djoce Braga, 2023. Imagem A: Mulheres na busca de água de bicicleta. Imagem B: Mulheres (com bebê no colo) carregadas de alimentos de regresso da machamba (roça) para suas residências.

Essa sobrecarga de trabalho doméstico e produtivo aprofunda desigualdades sociais e evidencia como os impactos ambientais se articulam com dimensões de gênero, perpetuando ciclos de pobreza extrema.

Os impactos não se restringem à agricultura e ao abastecimento hídrico. As emergências climáticas repercutem diretamente no acesso à alimentação, saúde e educação, aprofundando ciclos de pobreza e vulnerabilidade social. Para essas mulheres chefes de família, a crise climática assume um caráter duplamente opressor que, além de garantir a sobrevivência do lar, enfrentam a ausência de políticas de apoio adequadas e normas sociais que historicamente excluem - as e

restringem seu acesso recursos produtivos, à terra, crédito agrícola e participação política (FAO, 2011; UN Women, 2020).

Dessa forma, as emergências climáticas em Inhambane não podem ser compreendidas apenas como crises ambientais, mas também como crises sociais e de gênero. Elas revelam a desigualdade pré-existentes estrutural que marca o cotidiano das mulheres rurais e evidenciam como a vulnerabilidade climática está interligada à marginalização socioeconômica (Costa, 2025; Oxfam, 2017).

Perfil das mulheres chefes de famílias.

O fenômeno das chefias femininas de agregados familiares em Inhambane caracteriza-se por histórias de perda, resistência e reinvenção associado a múltiplos fatores: viuvez, abandono, conflitos e migração masculina em busca de trabalho e o envelhecimento. Nessas condições, muitas mulheres idosas, que, apesar da idade e das limitações físicas, assumem a responsabilidade pela produção agrícola, pelo sustento dos irmãos, filhos, netos, órfãos, e pela gestão da vida comunitária, mesmo diante de condições adversas e de uma histórica exclusão de políticas públicas.

Essas mulheres são o esteio econômico e emocional das suas famílias que vivem em situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica. Frequentemente possuem baixo nível de escolaridade, acesso limitado a recursos financeiros e produtivos, e enfrentam restrições culturais no uso e na posse da terra (Lei de Terras nº 19/97). A exclusão do crédito rural, aliada à inexistência de assistência técnica contínua, limita a capacidade de expandir a produção agrícola e adotar práticas mais resilientes.

O trabalho agrícola realizado por essas famílias é marcado pela subsistência, com produção voltada prioritariamente ao autoconsumo. A falta de infraestrutura adequada – como estradas, meios de transportes, mercados locais ou sistemas de irrigação – aumenta a dependência de práticas tradicionais e da força de trabalho manual. Apesar dessas limitações, as mulheres constroem estratégias de adaptação baseadas em seus saberes locais, na seleção de sementes resistentes, no uso de

pequenas hortas e na diversificação mínima de culturas (BELCHIOR, 2013; FAO, 2019).

Outro elemento central no perfil dessas mulheres é a sobrecarga de responsabilidades. Além da produção agrícola, cabe a elas buscar água em longas distâncias, cuidar da saúde dos familiares, garantir a educação das crianças e administrar a alimentação diária. Essa multiplicidade de funções evidencia que o papel feminino no semiárido não se restringe ao âmbito doméstico, mas se estende à manutenção de toda a comunidade.

Essa condição de chefia feminina, embora marcada por desafios estruturais, também revela capacidade de liderança e protagonismo invisível. A FAO (2022) e a Oxfam (2017) enfatizam que, em contextos de crise climática, as mulheres rurais se tornam vetores centrais de resiliência, mesmo quando não reconhecidas institucionalmente. Essa contradição – entre exclusão sistêmica e protagonismo real – constitui o núcleo da análise sobre as mulheres de Inhambane e sua luta cotidiana para transformar vulnerabilidade em resistência.

Estratégias de Resistência e Sobrevivência

Apesar das adversidades climáticas e socioeconômicas, as mulheres chefes de família em Inhambane desenvolvem estratégias criativas e resilientes para garantir a sobrevivência de seus agregados. Essas práticas, ancoradas em saberes tradicionais e na solidariedade comunitária, revelam uma lógica e verdadeiro testemunho da criatividade, de resistência cotidiana que articula produção agrícola, cooperação social e inovação local e capacidade de reconstrução.

a) Agricultura de subsistência adaptada

A agricultura de subsistência constitui a base da sobrevivência das famílias. Em resposta à escassez de chuvas e à degradação dos solos, as mulheres recorrem a cultivos resistentes à seca, como mandioca, milho local, amendoim e feijão nhemba bata-doce castanha de caju. Adaptaram suas machambas ao pousio, aproveitamento de águas pluviais fundamentais para garantir a produção, em

períodos críticos de seca; uso de canteiros-sombra e pequenas áreas de agrofloresta, que permitem diversificar alimentos e reduzir riscos de perda total da safra e segurança alimentar (Belchior, 2013; FAO, 2019).

Ainda que com baixo acesso a insumos, essas agricultoras mantêm um sistema de experimentação camponesa baseado na seleção de sementes adaptadas, transmitindo saberes entre gerações. Essa prática, mesmo sem apoio técnico formal, garante relativa estabilidade alimentar e evidencia a importância do conhecimento empírico local (Altieri, 2009; MBOW et al., 2014).

b) Redes de Solidariedade Feminina - Outro eixo fundamental da resiliência são as redes comunitárias femininas, que funcionam como mecanismos de apoio mútuo em períodos de crise em regime de revezamento. Estruturas como o *xitique*² agrícola (poupança rotativa em produtos ou dinheiro) e o *ntsim* (mutirão de ajuda mútua no cultivo e na colheita) fortalecem a cooperação entre vizinhos e parentes.

Essas práticas de solidariedade permitem às mulheres minimizar perdas agrícolas, (re)construir casas (abrigos) e celeiros após ciclones e até compartilhar água em tempos de seca, sobretudo a famílias mais vulneráveis como órfãos, idosos e gestantes. Como observa a Oxfam (2017), tais redes não apenas garantem sobrevivência material, mas também consolidam laços sociais que ampliam a capacidade de resistência coletiva.

c) Práticas Tradicionais e Inovação – a percepção do ambiente orienta práticas tradicionais de manejo da água e do solo, que, combinadas a novos conhecimentos adquiridos em formações locais e partilha de experiências e ideias comunitárias que outrora tiveram resultados positivos, geram soluções adaptativas.

Um exemplo é o uso de “canteiros-sombra,” aproveitando a sombra de árvores nativas para proteger os cultivos da insolação entre 10h e 16h — período de maior intensidade solar (INM, 2023). Esses canteiros, estrategicamente posicionados a sudeste, utilizam rega localizada com águas cinzentas, aproveitando áreas

² O *xitique* é uma ferramenta valiosa para a agricultura em Moçambique, que permite aos agricultores poupar dinheiro, obter crédito informal, apoiar-se mutuamente e, em alguns casos, investir em suas atividades agrícolas.

naturalmente mais férteis e úmidas devido à menor evapotranspiração. Tal prática reflete uma adaptação baseada na leitura do espaço e do ambiente, conforme discutido por Tuan (2012).

Na gestão hídrica, destacam-se o uso de cisternas a céu aberto, construídas com pedras locais para captar águas pluviais por meio de valetas direcionadas, e a utilização do imbondeiro (*Adansonia digitata*) como reservatório natural. Nesse último caso, a água escorre pelas fendas dos galhos e se acumula no tronco, podendo armazenar até 1.200 litros.

Esses conhecimentos são predominantemente empíricos e adaptativos, frutos da observação contínua da natureza. Como destaca Tuan (2012), a experiência vivida do ambiente é incorporada às práticas cotidianas, o que confere valor estratégico ao saber local. Esse arcabouço cultural, ao mesmo tempo em que garante resiliência, constitui base potencial para políticas de extensão rural mais inclusivas.

d) Bancos de sementes e geração de renda – a criação de bancos comunitários de sementes desempenha papel central na segurança alimentar. Mulheres guardam e trocam sementes resistentes, assegurando a continuidade das culturas mesmo após safras perdidas por secas ou ciclones.

Além disso, buscam alternativas de geração de renda complementar, como a criação de pequenos animais (galinhas, patos, cabritos e bovinos), a produção artesanal e a venda de excedentes em mercados locais. Os bovinos são usados para a tração animal que reforçam na agricultura e em outras propriedades vizinhas.

Essas atividades, ainda que de pequena escala, aumentam a autonomia feminina e reduzem a dependência de recursos externos (FAO, 2022; FDC, 2024).

Portanto, essas estratégias revelam que, mesmo diante de condições de extrema vulnerabilidade, as mulheres chefes de família não são apenas vítimas das crises climáticas. Pelo contrário, constituem agentes centrais de adaptação e resistência, transformando práticas tradicionais em instrumentos de sobrevivência e construção comunitária.

Exclusão sistêmica e desafios para reconstrução

Apesar de seu protagonismo na sobrevivência comunitária, as mulheres chefes de família em Inhambane enfrentam barreiras estruturais de forma exclusão sistêmica que limita sua capacidade de adaptação resiliência climática, expressa em múltiplas dimensões interligadas e reproduzem a vulnerabilidade feminina:

- a) Econômica: dificuldade de acesso a crédito, insumos e assistência técnica mantém a agricultura feminina no nível da subsistência, reforçando a insegurança alimentar (FAO, 2011).
- b) Social: a sobrecarga de funções – agricultura, busca de água, cuidado de filhos e idosos – reduz o tempo disponível para atividades educativas, produtivas e comunitárias, perpetuando sua invisibilidade (Oxfam, 2019).
- c) Política: apesar de garantias legais, como a Lei de Terras nº 19/97, persistem barreiras culturais e institucionais que limitam a posse da terra e a participação das mulheres em espaços decisórios (UN Women, 2020).
- d) Cultural: normas patriarcais associam a produção e a posse da terra ao homem, desvalorizando o conhecimento tradicional feminino, mesmo sendo estratégico para a resiliência local (Ingold, 2000; Tuan, 2012).

Essas dimensões demonstram que os desafios de adaptação não são apenas ambientais, mas estruturais. Superá-los exige políticas intersetoriais que garantam justiça climática e de gênero, reconhecendo que a resiliência das comunidades rurais depende do fortalecimento das mulheres.

Caminhos para o futuro: recomendações

A resiliência das mulheres de Inhambane pode ser fortalecida por políticas públicas que combinem saberes local e medidas estruturais. Para fortalecer a resiliência e romper barreiras estruturais e garantir justiça climática e de gênero, propõem-se os seguintes caminhos:

- a) Educação e capacitação: ampliar o acesso à educação formal e técnica, especialmente em gestão de recursos naturais e agroecologia, valorizando tanto o saber científico quanto o conhecimento tradicional (FAO, 2019; UN Women, 2020).
- b) Acesso à terra, crédito e insumos: implementar efetivamente a Lei de Terras nº 19/97, assegurando às mulheres posse e uso legítimo da terra. Associar esse direito a programas de microcrédito direcionado, acesso a insumos produtivos e assistência técnica rural é essencial para reduzir a dependência de práticas de subsistência e fortalecer a autonomia econômica das famílias (FAO, 2011; Oxfam, 2019).
- c) Inclusão política: aumentar a representatividade feminina em associações comunitárias, cooperativas agrícolas e órgãos de governança local, garantindo que suas necessidades sejam contempladas em políticas de adaptação (UN Women, 2020).
- d) Fortalecimento das redes comunitárias: reconhecer e apoiar estruturas já existentes, como o *xitique* agrícola (poupança rotativa) e o *ntsimá* (ajuda mútua no cultivo), ampliando sua capacidade de garantir segurança alimentar e de facilitar a reconstrução após eventos climáticos. Projetos de desenvolvimento devem incentivar essas práticas, que funcionam como infraestruturas sociais de resiliência (FDC, 2024; Oxfam, 2017).

Portanto, essas ações indicam que a construção de um futuro mais justo em Inhambane depende de políticas que reconheçam, fortaleçam e ampliem o protagonismo feminino. Investir nas mulheres não é apenas uma questão de equidade, mas também de eficiência adaptativa quanto mais incluídas nos processos decisórios, mais resilientes se tornam as comunidades frente às emergências climáticas.

Considerações finais

A análise realizada evidencia que as mulheres chefes de família em Inhambane, Moçambique, assumem um papel central na manutenção da vida e na adaptação comunitária frente às emergências climáticas. Embora invisibilizadas pelas políticas públicas e limitadas por barreiras econômicas, sociais, políticas e culturais, são elas que garantem a produção de alimentos, a gestão da água e a reconstrução cotidiana após secas e ciclones.

As estratégias identificadas – agricultura de subsistência adaptada, redes de solidariedade, práticas tradicionais e bancos de sementes – demonstram que a resiliência feminina não é apenas uma reação às adversidades, mas um projeto ativo de sobrevivência e continuidade da vida. Nesse sentido, as mulheres não devem ser vistas como vítimas passivas das mudanças climáticas, mas como protagonistas da adaptação e vetores de transformação social.

No entanto, essa resiliência encontra limites impostos por uma exclusão sistêmica, que as priva de acesso pleno à terra, ao crédito, à assistência técnica e à participação política. Sem enfrentar essas desigualdades estruturais, qualquer estratégia de adaptação climática corre o risco de perpetuar as vulnerabilidades existentes.

Assim, o futuro das comunidades rurais de Inhambane depende da integração do saber local feminino com políticas públicas inclusivas. Reconhecer e valorizar o protagonismo das mulheres significa não apenas corrigir injustiças históricas, mas também fortalecer a capacidade de adaptação dos territórios semiáridos. A justiça climática, portanto, só será possível se vier acompanhada de justiça de gênero, garantindo às mulheres o lugar que já ocupam de fato: o de guardiãs da resiliência comunitária.

Referências

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Líber Livro, 2005.

BELCHIOR, E. **Agricultura de subsistência e práticas resilientes em zonas áridas**. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 2013.

COSTA, Heitor Scalabrini. Estratégias de enfrentamento da crise climática no Semiárido. *EcoDebate*, 17 fev. 2025.

DE ALMEIDA, A. Antunes. **Monografia Agrícola de Massinga**. Lisboa, 1959.

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. **O estado da segurança alimentar e da nutrição no mundo: como aumentar a resiliência face à volatilidade dos preços alimentares**. Roma: FAO, 2011.

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. **O papel da mulher rural na adaptação às mudanças climáticas**. Roma: FAO, 2019.

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. **Mulheres rurais: protagonistas da transformação dos sistemas agroalimentares para garantir segurança alimentar e nutricional**. Roma: FAO, 2022.

FDC – Fundação Para o Desenvolvimento da Comunidade. **Estratégia de integração da resiliência climática e gestão do risco de desastres nos programas de desenvolvimento da FDC (2024–2034)**. [S.l.]: FDC, 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.

INGD – Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres. **Plano Anual de Contingência 2022-2023**. Maputo: INGD, 2022.

INM – Instituto Nacional de Meteorologia. **Relatório Climático Anual de Moçambique**. Maputo: INM, 2023.

INGOLD, Tim. **The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill**. London: Routledge, 2000.

IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change. **Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability**. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the IPCC. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

MICOA – Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental. **Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação de Mudanças Climáticas (2013–2025)**. Maputo: MICOA, 2013.

MOÇAMBIQUE. Lei nº 19/97, de 1 de Outubro: **Lei de Terras**. Boletim da República, Maputo, 1997.

OXFAM. **Mulheres, resiliência e mudanças climáticas: construindo justiça climática com igualdade de género**. Oxford: Oxfam International, 2017.

OXFAM. **Relatório de Género e Mudanças Climáticas**. Oxford: Oxfam International, 2019.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Humano em Moçambique: Riscos e Estratégias**. Maputo: PNUD, 2009.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Editora Difel, 2012.

UN WOMEN. **Relatório sobre Igualdade de Gênero e Mudanças Climáticas**. Nova Iorque: UN Women, 2020.



Disponibilidade dos dados:

Os dados da pesquisa estão disponíveis no corpo do artigo

